

REUNIÃO TÉCNICA DO NAPNE

Relatoria: Ana Leila de Freitas, Guilherme Julio e Hellenvivan de Alcântara.

1. PESQUISA PARA IDENTIFICAR ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO IFCE

Hellen iniciou justificando o atraso da reunião devido ao evento da manhã que se estendeu um pouco além da hora prevista. Após isso, pediu que todos os presentes se apresentassem informando seu campus e qual sua atuação no Napne. Em seguida apresentou os membros da comissão de Acessibilidade presentes: João, presidente, Ana Leila, Diná, Guilherme, Germana e Hellen.

Logo após, o professor João falou sobre a importância da comissão e dos Napnes nos campi e da participação de todos. Hellen continuou expondo sobre a relevância de dados reais sobre o quantitativo de deficientes nos campi, pois o Sistema Acadêmico não fornece dados reais. Explicou ainda sobre o questionário, que não deu muito certo. Mas que a estratégia atual é de enviar para os Napnes os nomes dos deficientes e estes se certificarem se eles são mesmo, com base numa aplicação de questionário, acrescentando, possivelmente, estudantes que não estejam na lista. E assim encaminhar para a Comissão esses dados que serão analisados para fundamentar a política de acessibilidade. Mostrou os campi que cada membro da comissão ficou responsável de entrar em contato para obter essas informações. Também mostrou os campi que responderam e que não responderam ao questionário enviado por seus responsáveis.

A partir de agora é analisar qual estratégia a comissão deve ter para conseguir essas respostas. Júlia informou que fez a entrevista com todos da lista para compreender qual mesmo seria a deficiência, já que eles se autodeclararam deficientes. Pois ela havia entendido que deveria participar com todos que estavam na lista. Hellen explicou que está certo, ao final é que vai constatar se é mesmo ou não deficiente. Outros participantes também questionaram esse recurso do questionário no google docs, se realmente ficam apenas os que têm deficiência.

Outro ponto percebido no questionário, segundo a Hellen, foi um erro sobre a ausência da pergunta inicial sobre qual seria a deficiência.

A professora Michele falou sobre sua dúvida no questionário sobre a surdez, se é leve, moderada. Ele apenas vai responder se é surdo ou não, mas não saberá dizer o tipo, porque não tem um laudo médico, por exemplo.

Em seguida, Mardonio falou de sua experiência com o questionário, que para o campus Fortaleza, devido ao número de alunos, fica quase inviável. Pois foi enviada a lista com

70 PCDs, mas não se confirmou, pois eram apenas usuários de óculos, por exemplo. Considerou o questionário muito longo, e o participante não vai responder com tanta veracidade. Por isso, o Napne do campus Fortaleza cortou algumas perguntas. Será que esse questionário daria os dados precisos? Questionou.

Diná esclareceu que também nas discussões na Comissão também surgiram várias dúvidas, que o questionário foi filtrado do Q-acadêmico, disse ainda sobre o tempo que a comissão refletiu sobre as perguntas. E por fim, o que a Comissão queria mesmo saber eram quantos deficientes e quais a deficiência tinham na instituição.

Hellen acrescentou que tinha outro questionário mais completo e que a comissão passou um ano tentando fazer e não deu certo. Disse ainda que não ficou fechado como cada campus deveria fazer o importante era tentar da melhor forma, pois um campus pequeno pode fazer o preenchimento presencial, campus grande já fica mais difícil.

O prof. João disse que compreende essas discussões, pois o estudante quando entra na instituição ele já informa sua deficiência e muitas vezes informa inadequadamente porque a pergunta não é tão detalhada para extrair uma resposta que configure a verdadeira deficiência, pois pode ser surdez leve.

Outra professora questionou sobre a importância do laudo. E foi corroborado por outro professor. A representante de Sobral falou sobre sua pesquisa realizada quando recebeu a lista, que ligou para os alunos e dos 30 alunos apenas 2 fizeram o questionário. Com relação aos laudos também tem outro problema, que na entrada no Sisu não deram laudo, mas apenas declaração, principalmente porque não tem pessoas com expertise para analisar essas documentações.

Ana Leila esclareceu sobre a solicitação do laudo no edital do Sisu 2018.2. Em seguida, a representante de Aracati, Késia, falou sobre como acontece com uma aluna deficiente do campus. Acrescentou que tem casos de alunos com deficiência cognitiva e que ninguém sabe como agir, pois não tem psicólogo nem pedagogo no campus. Diná explicou que também a comissão não sabe como identificar quais deficiências são de competência do Napne. E ressaltou a importância de uma equipe multidisciplinar no Napne. Pois é difícil que o pedagogo, psicólogo e/ou professora possa diagnosticar uma dislexia, por exemplo, ou se é só uma deficiência de aprendizagem. Então, a princípio, seriam deficiências mais fáceis de identificar que seriam competência do Napne. Algo também complexo para a comissão definir.

Mas o momento foi oportuno para lembrar e informar a todos que no evento do Napne em 2017 foi deliberado que o público do Napne seria as pessoas com deficiência

auditiva, visual, física, intelectual / mental, transtorno do aspecto autista, altas habilidades e superdotação.

Sobre aplicação dos questionários nos campi que não possuem Napne, foi perguntado aos presentes se alguém tinha alguma ideia estratégica para viabilizar a pesquisa. A servidora de Cratéus se colocou a disposição para entrar em contato com o campus de Boa viagem. No entanto isto já foi feito pelos membros da comissão técnica de acessibilidade e ainda não obtivemos respostas.

Encaminhamentos sobre este ponto:

- ✓ **Incluir no questionário a pergunta sobre qual a deficiência do estudante.**
- ✓ **Incluir na parte final do questionário a opção para que o aplicador indique se o estudante tem ou não deficiência.**

2. SOBRE AS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIA E ARQUITETÔNICA DOS CAMPI

A professora Eloisa falou da falta de orçamento definido para atuação do Napne, e disse arquiteta da reitoria fez a analisa do campus e entregou um relatório imenso e não tem orçamento para executar as obras, como soluciona?

Marcos de Acopiara também relatou últimos prédios do IFCE só tem o elevador como meio de acessibilidade arquitetônica. Rayça de Canindé disse que nesse campus tem duas plataformas elevatória que não funciona por falta de uso, pois é proibido utilizar se não tiver deficiência motora.

Aracati, bloco didático com cadeirante não conseguiu utilizar o elevador por falta de manutenção e outra deficiência visual que cai no campus rotineiramente.

Hellen informou a todos que em 2017 foi encaminhado aos Napne um formulário via Google docs para que os fosse informado à situação de acessibilidade dos campi. E enfatizou a necessidade de preenchimento desse formulário para que se conheça a realidade de acessibilidade do IFCE.

Encaminhamentos:

- ✓ **O Napne precisa fazer um levantamento da acessibilidade arquitetônica dos respectivos campi e enviar para a Proap com cópia para coordenadoria de acessibilidade e diversidade coordenação de projetos especiais.**

3. ATUAÇÃO DO NAPNE

Foi pontuado sobre a participação do membro do NAPNE, pois esta se dá de forma voluntária, a ideia levantada é criar uma nova forma de compor o NAPNE, assim como encontrar não temos sala, não tem mesa, tem uma mistura da função profissional e as atividades dos NAPNE.

Diego sugeriu que fosse feito aos campi uma apresentação para criação do NAPNE. Hellen informou aos presentes que isto já está acontecendo através de assessorias, na qual é apresentada a inclusão de forma geral e em seguida feito uma reunião mais específica entre os membros do Napne e Neabis.

A assistente social Claudenira disse que já participou de alguns encontros dos Napnes, e que em todos os eventos tem discutido inclusão sem a presença do ensino, cada pró-reitoria faz seu encontro e dessa forma temos um trabalho fragmentado. A sugestão é o que IFCE realize um fórum com envolvimento todas as pró-reitorias para discutir as questões de acessibilidade e inclusão, pois um fórum geral de educação da instituição seria maior utilidade.

Outro ponto colocado foi sobre a presença voluntária dos membros do Napne. Isto acaba dificultando as ações de inclusão do IFCE. Há necessidade da reitoria se posicionar e fazer indicações de servidores para participar do Napne, ou seja, não pode ser de forma voluntária, pois para implantação política institucional de acessibilidade demanda um maior envolvimento dos servidores da nossa instituição.

A professora Diná falou que precisaríamos de profissionais com dedicação exclusiva para atuar nas ações dos Napne, pois hoje os membros dos Napnes estão divididos entre as atribuições do cargo e ações do núcleo.

Encaminhamentos:

- ✓ **Reunião dos membros dos Napne para discutir o regimento buscando a melhoria desse documento para melhor atuação do núcleo.**

4. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA – Relato de experiência do campus de Morada Nova

O Psicólogo Alan e a assistente social Germana foram convidados a relatar como seu deu a compra do piso tátil e quais os impactos da compra para as pessoas com deficiência visual.

Os mesmo relataram que as demandas iniciais do campus de Morada Nova se deram ao participar de compra juntamente com o campus Juazeiro do Norte. E os membros do

Napne fizeram um estudo da **NBR9050** para identificar os problemas relacionados quanto às questões arquitetônicas. Em seguida encaminharam um documento para a direção do campus apresentando o resultado desse diagnóstico solicitando as devidas providências.

Dentre as solicitações requeridas para promoção da acessibilidade arquitetônica estava o piso tátil de alerta ou direcional. Pois embora o campus não tenha estudantes com deficiência visual, a ideia é se preparar para melhor receber e a compra desse material são de grande conquista para o campus. Os mesmos destacaram que o orçamento para compra do piso veio em decorrência da reserva de recursos financeiros não utilizados pelo campus já no final de ano.

5. AS DIFICULDADES DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL:

A professora Lívia aproveitou o momento para colocar situação da falta de intérpretes de Libras no IFCE, pois sem a presença desses profissionais fica impossível promover a acessibilidade dos estudantes, servidores e comunidade de forma geral das pessoas surdas. A professora lembrou-se da obrigatoriedade de ter intérprete nos campi.

Ainda sobre a falta de intérprete saiu um edital para seleção para contratação temporária para tradutores e intérprete de Libras-TILS do campus de Juazeiro do Norte para atender estudantes surdos devido a uma ação do estudante movida pelo ministério público. Mas pela demora da contratação do TILS, os estudantes ficaram sem acesso as atividades de aulas, pesquisa e extensão. A direção ainda tentou resolver, mas ficou preso nos problemas burocráticos.

Atualmente como professora do campus de Camocim, Lívia disse está com muitas dificuldades por não ter intérprete no campus para intermediar suas ações de ensino, pesquisa e extensão e que para solucionar as barreiras comunicacionais têm arcado com as despesas do próprio bolso para contratar TILS. E que em outros momentos o namorado dela tem feito às interpretações no campus e tem também tem contado com o apoio de monitores Libras que passaram por um processo de avaliação para monitoria. A professora Lívia disse que sempre lembra ao campus que os monitores não são intérpretes evitando confundir os papéis.

Guilherme perguntou a professora Lívia se este apoio era de estagiários, pois neste casos não poderá haver contratação de estagiária, pois a CGU proíbe.

A professora Izaete disse que o surdo no IFCE tem vivido uma situação de isolamento e por sua forma de se comunicar tem sido impedido de ministrar palestras, participar de reuniões, e etc. Os surdos docentes da instituição tem acesso somente a sala de aula, e

que por conta dessa situação o IFCE perdeu a primeira professora surda do IFCE, na época do campus de Acaraú, por causa do isolamento linguístico.

Guilherme se pronunciou informando sobre as vagas preenchidas no último concurso, que foram apenas 4 candidatos aprovados. Ou seja, falta profissionais TILS. Ainda que tenha o curso de letras na UFC, ainda não é suficiente. Os bons profissionais estão atuando como professores ou em outras instituições de ensino. Esse problema não é só no IFCE, mas acontece em outras instituições públicas.

Sobre a lotação equivocada dos intérpretes em campi que não havia ainda demanda desses profissionais deixando de atender os campi que já tinham professores, estudantes surdos. Guilherme disse que foi feito pela Coordenadoria Especial da Proext (atual coordenadoria de acessibilidade e diversidade étnico racial) uma pesquisa das necessidades TILS por campus e passou para a Progep. No entanto, esbarra na burocracia que diz que a prioridade é do campus que já havia solicitado o profissional e não o que tem necessidade. Mais uma burocracia é a própria legislação que diz que o profissional tem que ser de nível superior.

Diná acrescentou que esse assunto pode ser mais discutido, sugeriu a criação de uma comissão para tratar sobre isso e envolver outros setores. E um problema maior é onde estão esses profissionais? Porque tomaram posse em *campi* que não havia necessidade urgente TILS?

Izalete complementou sobre a existência de outro problema sério que é a subutilização do profissional que está num campus que não tem demanda havendo nestes casos o desvio da função. E que no campus que tem o profissional atuando, ele trabalha 8 horas e daqui uns dias isso pode representar um possível afastamento por Lesões por esforço repetitivo - LER. E desatacou que no momento desta reunião agora tem 5 intérpretes para auxiliar, imagina apenas um profissional no campus. Disse ainda que só se percebe a goteira depois que chove.

Para Diná só tem um remédio de forma emergencial que seria acionar o Ministério Público. Que também a própria instituição poderia criar um curso técnico para intérprete para formar esse profissional. Essa proposta foi corroborada por outro professor. Ana Leila lembrou da necessidade do estudo de potencialidade.

Outra sugestão, acrescentada por Guilherme, seria a central de tradução e interpretação (CTL). Alguns entraves podem surgir devido ao modo de transmissão, a velocidade da internet dentre outros aspectos. Outro viés é a tradução do material didático que seria feito por essa central. A problemática seria o período de entrega, pois o professor

deveria enviar com antecedência para que os intérpretes pudessem estudar. Então essa é uma ideia a ser implantada e que alguns entraves já foram percebidos.

Michele sugeriu a criação de um manual com as deficiências para auxiliar os docentes e alunos, seria institucional com noções simples para auxiliar. Também sugeriu uma cartilha de orientações de papeis dos profissionais específicos de atuação com deficiência.

Guilherme informou que alguns campi têm um manual e Ana Leila lembrou que a DAE fez para deficiência visual.

INTERVALO

Ao retornar falamos sobre as alterações do regimento, a saber:

Regulamento aprovado	Sugestões de alterações
Art. 1º Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidade Educaçãoais Específicas	Art. 1º Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidade Específicas (NAPNE)
Art. 2º § 1º Nos termos deste regimento, consideram-se Pessoas com Necessidades Educaçãoais Específicas aquelas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento , altas habilidades/superdotação.	Art. 2º § 1º Nos termos deste regimento, consideram-se Pessoas com Necessidades Específicas aquelas com Deficiência Visual; Deficiência Auditiva; Surdo; Surdocegueira; Deficiência Motora; Deficiência Intelectual; Transtorno do Espectro Autista; e Altas-habilidades/Superdotação;
Art. 11º O campus deve, no prazo de seis meses, prorrogável por igual período, após a publicação deste regimento, oferecer espaço físico adequado ao trabalho da equipe que comporá o NAPNE e ao atendimento dos discentes e servidores com necessidades específicas.	Art. 11º O campus deve, no prazo de seis meses, prorrogável por igual período, após a publicação deste regimento, oferecer espaço físico adequado ao trabalho da equipe que comporá o NAPNE e ao acompanhamento dos discentes e servidores com necessidades específicas. "Acolhimento, orientação, encaminhamento, assessoramento ao campus, nos quesitos acessibilidade e articulação institucional (interna e externa)"

Regulamento aprovado	Sugestões de alterações
<p>Art. 14º. – São atribuições do(a) coordenador(a): V – Cumprir a carga horária mínima de 8 (oito) horas semanais.</p> <p>Art. 15º. – São atribuições do(a) vice-coordenador(a): IV – Cumprir a carga horária mínima de 8 (oito) horas semanais.</p> <p>Art. 16º – São atribuições do(a) secretário(a): VI – Cumprir a carga horária mínima de 4 horas semanais.</p> <p>Art. 17º – São atribuições dos demais membros do Núcleo: III – Cumprir a carga horária mínima de 4 horas semanais.</p>	<p>Fazer cumprir o Regulamento que é anterior ao Plano Individual de Trabalho (PIT), em que a carga horaria está de 2h para membro e 5h para coordenador.</p>
<p>Art. 25º Cada coordenador de NAPNE deve receber Função Gratificada (FG), condicionada a disponibilidade da gestão.</p>	<p>Importância da gratificação aos coordenadores do NAPNE</p>

Obs: 1 Sobre a questão da carga horária de 8h para coordenador e vice e de 4h para secretario e demais membros do Napne proposta no regimento que está em desacordo com Pano individual do trabalho do professor, ficou decidido no CONSUP que a Proext vai se reunir com a Proen e outras pró reitorias para alinhar a carga horária.

Obs: 2 Sobre a função gratificada, ficou decidido no CONSUP que a Proext vai se reunir com a Proap para analisar esta situação.

E por fim apresentamos o quadro com as assessorias pela coordenadoria de acessibilidade e diversidade étnico racial aos campi até o fim deste 2018.

	Microrregiões	Unidades	Data
01	Microrregiões I	Aracati e Jaguaruana	Março
02	Microrregiões II	Acopiara, Jaguaribe, Iguatu , Cedro	Março
03	Microrregiões III	Tianguá, Ubajara, Sobral	Junho
04	Microrregiões IV	Quixadá, Morada Nova , Limoeiro, Tabuleiro	Maio
05	Microrregiões V	Juazeiro e Crato	Junho
06	Microrregiões VI	Boa Viagem, Crateús , Tauá	Julho

07	Microrregiões VII	Acaraú, Camocim	Agosto
08	Microrregiões VIII	Itapipoca, Umirim , Paracuru	Setembro
09	Microrregiões IX	Fortaleza, Caucaia , Pecém, Maranguape, Maracanaú, Horizonte	Abril
10	Microrregiões X	Guaramiranga, Baturité , Canindé	Novembro

Nas palavras finais a Hellen e Guilherme agradeceram a presença de todos (as) os presentes e se colocaram a disposição para quaisquer dúvidas. E destacaram também que acessibilidade é um desafio que requer o envolvimento de todos (as). E este evento se faz necessário, pois uma oportunidade de conhecermos um pouco da realidade dos campi.